

第二屆為進入法院及檢察院司法官團的培訓課程及實習的錄取試

法律知識考試

民法、商法及民事訴訟法

(B 卷)

請回答下列問題，並說明理由和指出適用的法規條款。

(一)

A 於 2006 年 5 月 3 日向初級法院提起一宣告之訴，被告分別為：

1. B (第一被告，商業企業主，是金太陽一人有限公司之股東) 及其妻子 C (第二被告) (兩人於 1998 年在澳門註冊結婚，婚前無訂立關於財產的協議)；
2. W 建築置業有限公司 (第三被告)；
3. X 股份有限公司 (第四被告)；
4. Y 建築置業有限公司 (第五被告)。

向法院請求：

- a. 判第一及第二被告向原告支付二千萬澳門元正；
- b. 宣告有關不動產在未履行上述 a)項請求之付款前不得與任何人進行買賣交易。

A 所提出之理據為：

原告 A 與第一被告 B 於 2003 年 4 月 2 日簽訂了一份關於發展氹仔一地段之協議 (A 為該土地之所有權人)，其內容為：B 負責在該地段上興建或委託第三人興建一獨立別墅；B 除負責工程外，亦負責將有關建成的樓宇出售，售價及條件完全由 B 決定；在出售不動產之後的十天期間內，B 須將二千萬澳門元交還予原告。

第四被告 X 為抵押債權人，因為第三被告 W 在取得別墅的所有權後抵押予 X，有關抵押已完成登記。第五被告 Y 是第三被告 W 的受讓人。

第一被告 B 於 2005 年 8 月 3 日把上述不動產售予第三被告 W，並於同年 8 月 15 日在物業登記局作所有權登記。W 與 Y 於 2006 年 2 月 4 日簽訂了一份關

於上述別墅的預約買賣合同，雙方約定最遲在一年內完成公證手續。

法官在訴訟期間作出了一個中間批示：因嗣後無效用裁定終止針對第三至第五被告之訴求的程序，因為有關不動產已售予第三人，訴訟程序僅針對其餘被告繼續進行。

第二被告 C（第一被告 B 之妻子）在答辯時稱：

1. 債務與其無關，因有關二千萬元的債務是由第一被告締結，她並無參與；
2. 該債務並非為家庭共同利益締結。

故應駁回 A 對 C 提出的訴求。

此外，第二被告 C 在答辯時提出反訴，要求判處原告向被告作出財產及精神賠償，因原告在明知無理據的情況下提出要求 C 承擔責任的訴訟。具體金額於執行判決時結算，但不少於十萬澳門元。

請分析下列問題：

- 1) 第二被告 C 所提出之答辯理由是否成立？（4 分）
- 2) 法官在哪個訴訟階段作出了上述中間批示？法律理據何在？（1 分）
- 3) 原告 A 提出之訴求屬何種性質？是否成立？假設 A 以其與 B 所簽訂之協議直接提起執行之訴，在作初端批示時應如何決定？（2 分）
- 4) 假設在傳喚 Y 建築置業有限公司時，由其中一名適逢當時在場的股東簽收有關傳喚信。但他並非受僱於公司，亦不是公司管理機關之任何成員，這個傳喚是否合法及有效？（1 分）

（二）

請結合現行《澳門民事訴訟法典》之相關規定評論下述句子：

「就法律性質而言，確定判決應屬於永久抗辯理由之一，以避免法庭作出前後矛盾之判決，但。」（2 分）

（三）

某玩具廠於 2006 年初接到一國際知名玩具品牌企業製造五款布質玩偶的訂單，以便在隨後的聖誕新年檔期推出市場。

玩具廠隨即向某商行訂購了一批相關顏色的布料。

玩具廠在收貨時發現有一種顏色的布料的色調和質料與其訂購的有差異，便把這一情況立即通知了商行並要求退換。

商行在回覆中表示，上述差異是製造商生產布料過程中的正常誤差，認為屬可接受範圍，拒絕了玩具廠的退換要求。

由於已經迫近交貨期，玩具廠在沒有徵詢該玩具品牌企業意見的情況下，便使用了收到的布料製造訂單所要求的布質玩偶。

玩具品牌企業驗貨後發現該批布質玩偶中有一款的顏色和質地與要求訂製的存在明顯差異，無論從顏色還是手感均與其一直銷售的產品不同，容易使一般人誤以為是冒牌產品，或降低對該品牌產品的信心，因此拒絕接收該款布質玩偶及支付相應部份的貨款。

該款布質玩偶現仍存於玩具廠的倉庫裏。玩具廠拒絕向商行支付有問題布料的價金。

現商行針對玩具廠提起訴訟，要求判處該廠支付上述布料的價金。

1) 在應訴時，玩具廠可以提出哪些法律理據來保障其權益？（2分）

玩具廠在答辯中提出反訴，要求判處原告向其賠償相當於玩具品牌企業拒絕向玩具廠支付的貨款的金額。

2) 請分析被告反訴請求的可行性。（3分）

（四）

甲擁有一塊位於路環的土地，1990年初，甲以象徵式的代價把該土地的用益權永久轉讓給乙，並在甲的要求下，雙方特為此簽訂了合同。

2004年9月，乙離開澳門到巴黎攻讀一個為期兩年的美術專業課程，期間一直在法國遊歷。

至去年初，面對澳門房地產投資市場的活躍，甲準備以高價出賣上述土地。至去年中，甲與一地產公司簽訂了買賣該土地的預約合同，並裝上新的圍欄和閘鎖。

去年9月，乙學成回澳後，甲一直阻止乙進入及使用上述土地。

1) 請問乙處於怎樣的法律狀況，有什麼相應的法律效果，可通過哪些訴訟手段保護其權益？（2.5分）

2) 甲能否要求宣告該用益權轉讓無效，並取回有關土地？（2.5分）

— 全卷完 —

CONCURSO PARA ADMISSÃO AO SEGUNDO CURSO E ESTÁGIO DE FORMAÇÃO PARA INGRESSO NAS MAGISTRATURAS JUDICIAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS DIREITO CIVIL E COMERCIAL E PROCESSO CIVIL (Prova B)

Responda às seguintes questões, indicando os fundamentos e as disposições normativas aplicáveis.

I

A propôs, em 3 de Maio de 2006, no Tribunal Judicial de Base, uma acção declarativa contra os seguintes réus:

1. B (1º réu, empresário, sócio da Sociedade Unipessoal Limitada Sol Dourado) e a sua mulher C (2ª ré), (ambos casaram-se em 1998 em Macau, sem convenção antenupcial);
2. Sociedade de Fomento Predial W, Limitada, (3ª ré);
3. Sociedade Anónima X (4ª ré);
4. Sociedade de Fomento Predial Y, Limitada (5ª ré);

Pediu ao Tribunal para:

- a. Condenar o 1º réu e a 2ª ré a pagar-lhe um montante no valor de vinte milhões de patacas;
- b. Interditar qualquer acto de compra e venda do respectivo imóvel antes da entrega da quantia peticionada na alínea a).

A invocou os seguintes fundamentos:

O autor A e o 1º réu B celebraram um acordo em 2 de Abril de 2003 que tinha por objecto o aproveitamento de um terreno sito na Taipa cujo proprietário é A, com o seguinte conteúdo: o B fica encarregado de construir ou ecomendar a terceiros para construir uma vivenda no terreno. Além de se responsabilizar pela construção, o B procederá à venda desse prédio a ser construído com o preço e as condições que B livremente estipularia. No entanto, B deve entregar a A vinte milhões de patacas no prazo de dez dias, contado a partir da realização da

venda do imóvel.

A 4ª ré X é credora hipotecária, visto que a 3ª ré W, ao adquirir a vivenda, constituiu uma hipoteca, já registada, a favor dela, sendo a 5ª ré Y a cessionária da 3ª ré W.

O 1º réu B vendeu o imóvel à 3ª ré W em 3 de Agosto de 2005, tendo sido registada a propriedade no dia 15 do mesmo mês na Conservatória de Registo Predial. W e Y assinaram um contrato-promessa incidente sobre a vivenda em causa em 4 de Fevereiro 2006, tendo ambos acordado que a escritura pública seria outorgada no prazo máximo de um ano.

O Juiz do processo proferiu um despacho intercalar com o seguinte teor: Julgar extinto o procedimento contra as 3ª a 5ª réis por inutilidade superveniente, por o imóvel ter sido vendido a terceiro, continuando o processo apenas em relação aos restantes réus.

A 2ª ré C (esposa do 1º réu B) contestou a acção nos seguintes termos:

1. A obrigação em causa não lhe pode ser imputada, porque a dívida de vinte milhões patacas foi contraída pelo 1º réu, em acto que ela não participou;
2. Tal não visa o interesse comum da família.

Entende que se devem julgar improcedentes os pedidos formulados pelo A contra C.

Por outro lado, a 2ª ré C, em sede da contestação, deduziu reconvenção, pedindo a condenação do autor a pagar-lhe uma quantia, a título de indemnização moral e patrimonial, por o autor, ciente de falta de razão, propor uma acção em que se pede a assunção da responsabilidade pela C, sendo o *quantum* a determinar em sede de execução da sentença, mas nunca inferior a cem mil patacas.

Analise as seguintes questões:

- 1) Procederão os fundamentos da contestação da 2ª ré C? (4 valores)
- 2) Em que fase do processo o juiz proferiu o referido despacho intercalar? E com que fundamentos jurídicos? (1 valor)
- 3) Que natureza têm os pedidos do autor A? Procederão os mesmos? Supõe-se que A tenha proposto uma acção executiva com base no acordo celebrado com o B, que despacho liminar proferia? (2 valores)
- 4) Supõe-se que, aquando da citação da Sociedade de Fomento Predial Y, a carta de citação foi assinada por um dos seus sócios que se encontrava presente por acaso no local que, não sendo empregado da sociedade, nem membro de órgão da administração da mesma, considera que esta citação foi legal e validamente realizada? (1 valor)

II

Comente a seguinte frase, conjugando com as disposições do Código de Processo Civil de Macau vigente:

“Do ponto de vista da natureza jurídica, o instituto de caso julgado deve ser considerado como uma das excepções peremptórias, que tem por fim evitar que o Tribunal profere decisões contraditórias, mas ...”. (2 valores)

III

Nos princípios de 2006, uma fábrica de brinquedos recebeu a encomenda de uma empresa de brinquedos de marca de renome internacional para produzir cinco modelos de bonecos de material de tecido, para serem lançados no mercado no período de Natal e Ano Novo seguintes.

A fábrica de brinquedos contactou logo uma agência para comprar os tecidos com as respectivas cores.

Quando recebeu a remessa, a fábrica de brinquedos verificou que a tonalidade e o material do tecido de uma das cores eram diferentes do seu pedido e comunicou imediatamente o facto a tal agência, exigindo a devolução e a troca.

A agência respondeu que tal diferença consistia num erro normal no processo de laboração de tecidos por fábrica, entendendo que estava ainda no domínio aceitável, e recusou o pedido de devolução e troca da fábrica de brinquedos.

Atendendo à proximidade do tempo de entrega dos produtos, a fábrica de brinquedos produziu os bonecos de material de tecido pedidos na encomenda com os tecidos recebidos, sem consultar a empresa de brinquedos.

Depois de a empresa de brinquedos ter examinado os produtos, constatou que a cor e o material de um modelo de bonecos eram manifestamente diferentes do que foi pedido na encomenda, sendo diferentes dos produtos que têm sido comercializados não só em relação à cor mas também à sensação do material. Por isso, foi recusado receber o referido modelo de boneco e pagar o respectivo preço, no pressuposto de que seria possível criar a convicção de que se tratavam de produtos fraudulentos e diminuir a confiança nos produtos da marca pelo público em geral.

Os bonecos do modelo em causa estão ainda depositados no armazém da fábrica de brinquedos. Esta recusou pagar o preço do tecido com problemas à agência.

Vem agora a agência a propor uma acção contra a fábrica de brinquedos, pedindo que esta seja condenada a pagar o preço do referido tecido.

1) Ao responder à acção, que fundamentos jurídicos pode a fábrica de brinquedos apresentar para defender os seus direitos e interesses? (2 valores)

A fábrica de brinquedos formulou a reconvenção na contestação, com o pedido de condenação da autora a indemnizar a fábrica de brinquedos no valor correspondente ao do preço que a empresa de brinquedos se lhe recusou a pagar.

2) Analise a viabilidade do pedido reconvenicional da ré. (3 valores)

IV

A tem um terreno situado em Coloane. Nos princípios de 1990, A transferiu definitivamente o direito de usufruto a B mediante uma contrapartida simbólica. A pedido do A, ambos assinaram especialmente o contrato para o efeito.

Em Setembro de 2004, B ausentou-se de Macau para frequentar um curso profissional de belas-artes de dois anos em Paris. Durante esse período viajou por França.

Nos princípios do ano passado, perante o *boom* do mercado de investimento imobiliário de Macau, A preparou para vender o referido terreno por preço elevado. Em meados do ano passado, A assinou o contrato-promessa de compra e venda deste terreno com uma agência imobiliária e instalou vedação e fechadura novas.

Em Setembro do ano passado, B voltou a Macau depois de concluir o curso. A tem impedido B a entrar e aproveitar o terreno em causa.

1) Quais são a situação jurídica do B e os respectivos efeitos jurídicos? Que meios processuais pode usar para defender os seus direitos e interesses? (2.5 valores)

2) Pode A pedir a declaração da nulidade da transferência do usufruto e reaver o mesmo terreno? (2.5 valores)

— FIM —